

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 693
19 a 25 de junho de 2015



PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA

R\$ 23 BILHÕES ANUNCIADOS
PARA O ESTADO DO RIO



Sistema FIRJAN | www.firjan.org.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

SETOR DE BEBIDAS PARTICIPA DE INTERCÂMBIO DE LIDERANÇAS SINDICAIS

Líderes de sindicatos do setor de bebidas de diferentes regiões do país se reuniram no Intercâmbio de Lideranças Sindicais, promovido pelo Sistema FIRJAN em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O evento teve como objetivo fortalecer o vínculo entre os sindicatos e promover a competitividade da indústria por meio do compartilhamento de conhecimentos e da troca de experiências.

Durante o evento, os empresários discutiram temáticas específicas para identificação dos desafios prioritários do setor e elaboraram propostas de soluções. No encontro também foram apresentadas as boas práticas do anfitrião do evento: o Sindicato da Indústria de Bebidas em Geral do Município do Rio de Janeiro (Sindbebi).

Presidido por Armando Salgado, o sindicato tem se destacado com ações que visam fortalecer o trabalho dos pequenos produtores de cachaça e a produção



Guarim de Lorena

Armando Salgado participa de evento, na sede da FIRJAN

da bebida no estado. “Esperamos que esse encontro possa render boas soluções e contribuir para a indústria nacional de bebidas”, afirmou Salgado. O evento foi realizado no dia 9 de junho, na sede da Federação.

FIRJAN E CHEVRON: PARCERIA EM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Sistema FIRJAN, por meio da Assessoria de Responsabilidade Social (ASSER), fechou parceria com a Chevron para capacitar 60 pessoas, divididas nos cursos técnicos de Segurança do Trabalho e de Soldagem. As aulas serão ministradas no Centro de Tecnologia SENAI (CTS) Solda. A iniciativa faz parte do projeto social “Qualifica Chevron”.

O principal objetivo da parceria é promover a inclusão social de forma qualificada, elevando o

potencial de empregabilidade dos participantes e contribuindo para o desenvolvimento integral de cidadãos e profissionais para o mercado fluminense.

O projeto contará com acompanhamento para o desenvolvimento humano, que inclui oficinas de mercado de trabalho e cidadania com temas como direitos humanos, cidadania, ética e diversidade, criação de um plano de desenvolvimento profissional com psicológico e assistência social.

IEL LANÇA MEU FUTURO NEGÓCIO 2015

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em parceria com a PUC-Rio e o Instituto Gênesis, promove a 4ª edição do Meu Futuro Negócio. O programa promove o desenvolvimento de jovens empreendedores no estado do Rio. As aulas começam em agosto. A proposta é levar o conhecimento de empresários e investidores-anjo para a sala de aula. As três melhores ideias serão premiadas com seis meses de pré-incubação no Instituto Gênesis. As inscrições estão abertas. Mais informações no [link](http://goo.gl/RbRLri) <http://goo.gl/RbRLri>.

NOVO PRAZO PARA BAIXA DE ICMS

Foi prorrogado até 31 de julho o prazo para que empresas não contribuintes de ICMS solicitem baixa de inscrição no cadastro estadual. A Resolução Sefaz nº 887/2015 estendeu os prazos definidos pelas Resoluções 861, 862, 865 e 868. Conforme previsto nas resoluções 861 e 862, o pedido deve ser feito pelas prestadoras de serviços listadas na norma. E também pelas empresas de construção civil e empreiteiras inscritas no cadastro de contribuintes, que não realizem qualquer atividade que caracterize a ocorrência do fato gerador do ICMS. Para saber mais, acesse <http://tinyurl.com/nbnhu2k>.

A boa gestão da água deve mobilizar toda a sociedade. A avaliação é de **Paula Kehoe**, diretora de Recursos Hídricos da Comissão de Utilidades Públicas de São Francisco (SFPUC). Em entrevista à Carta da Indústria, ela explica como as boas práticas realizadas em São Francisco, na Califórnia, podem reduzir os impactos e minimizar a escassez de água e promover a conscientização da população diante do cenário problemático mundial. Paula participou do seminário “Alternativas para o gerenciamento de recursos hídricos: a experiência de São Francisco, CA”, realizado em abril na sede do Sistema FIRJAN.



Fabiano Veneza

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS É PRIORIDADE

CARTA DA INDÚSTRIA – Como enfrentar a questão da escassez de água?

PAULA KEHOE – A prioridade é reduzir a demanda por água, controlar o consumo e buscar fontes alternativas. Essa tarefa deve mobilizar a sociedade como um todo, não só o governo ou indústrias. É preciso que haja um esforço coletivo no sentido de planejar e promover ações contínuas a curto, médio e longo prazos. A sociedade deve se conscientizar sobre a importância da conservação da água. A redução do consumo também é prioridade. A água é um recurso valioso, quem desperdiça deve ser multado. Não dá para considerar os recursos atuais disponíveis como se fossem infinitos.

CI – Qual o papel da indústria nesse cenário?

PK – As boas práticas garantem que os recursos naturais sejam utilizados de forma adequada. A indústria tem um papel importante e deve adotar sistemas de reúso de água não potável destinado a outros usos. Para isso, são necessários investimentos que darão retorno para a organização e minimizarão as chances de desabastecimento.

CI – Como o estado da Califórnia tem enfrentado a questão da crise hídrica?

PK – Como estratégia para reverter esse quadro

de seca desenvolvemos um conjunto de medidas restritivas para o uso dos recursos naturais. Decretos municipais foram criados para incrementar a conservação de recursos hídricos e fomentar o uso de fontes alternativas. Na cidade de São Francisco, temos feito um trabalho com os clientes para que reduzam a quantidade de água que consomem em casa e em seus negócios. Hoje temos ali um consumo de água *per capita* baixo, se comparado com outras regiões do estado da Califórnia, próximo a 170 litros por pessoa/dia. Assim, em São Francisco tivemos de reduzir em 8% o consumo de água, enquanto outras regiões foram obrigadas a reduzir o consumo em até 36%. Isso prova que as medidas têm sido eficientes.

CI – Que ações devem ser promovidas para contribuir para a preservação dos recursos hídricos?

PK – A promoção de iniciativas e troca de conhecimento sobre o tema, como o Sistema FIRJAN faz, é de extrema relevância para mudar esse cenário, conscientizar e buscar soluções viáveis. A escassez hoje existe, mas precisamos levar educação e mostrar que pequenas ações podem fazer a diferença para evitar cenários de escassez de água e até mesmo para não piorá-lo. Simples ações fazem a diferença. Todos somos importantes nesse processo.

SISTEMA FIRJAN LANÇA MÓVEIS PRODUZIDOS NA 2ª OFICINA SENAI DESIGN E ATRAI COMPRADORES

Os 19 móveis produzidos na 2ª Oficina SENAI Design, que uniu nove indústrias moveleiras a cinco estúdios de design, foram lançados e expostos na sede do Sistema FIRJAN. Três dos 19 produtos criados na oficina foram selecionados para a Rio+Design, mostra que faz parte do Salão Internacional do Móvel de Milão. O evento atraiu grandes compradores, como a Tok&Stok e a Westwing.

Segundo Angela Costa, vice-presidente do Sistema FIRJAN, as ações da Federação valorizam o setor moveleiro, destacando o seu potencial para novos negócios: "Investir em design e em produtos diferenciados é preparar a indústria moveleira para competir com as indústrias de referência do país".

Para Edson Coutinho, gerente de Design e Tendências da Tok&Stok, os produtos apresentados estão prontos para o mercado nacional e internacional. "Unir as indústrias e os designers é fundamental para renovar o setor. O que vi nessa exposição foram soluções inéditas e estéticas que atendem com qualidade o mercado", observou.

Segundo Joaquim Gomes da Silva, presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis de Madeira, Junco e Vime, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Vassouras, Escovas e Pincéis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Cortinados e Estofados,



Guarim de Lorena

Público visita a mostra de produtos: resultado da união entre indústria moveleira e designers

Aglomerados, Chapas de Fibras de Madeira no Município do Rio de Janeiro (SIM-Rio), com a Oficina, os empresários passaram a ter a ideia da necessidade do designer para reduzir os custos e aperfeiçoar o processo de produção. "A conexão designer-indústria se reflete no preço. O profissional tem de entender da dinâmica da produção, de matéria-prima e de mercado", analisa Silva.

Quem visitou a exposição pôde assistir aos painéis com designers e as empresas que participaram da Oficina. O primeiro case foi o da D&C Móveis Planejados e o da Pereira Lopes, que se uniram ao Estúdio Baobá para criar, respectivamente, o sistema de armários com acabamento em tecido, com módulos combinados, e um home office, que depois de fechado se transforma em uma estante. Segundo Felipe Rangel, do Estúdio Baobá, foi um trabalho com

empresas de públicos diferentes. "No caso da D&C, a solução foi fazer o revestimento em tecido lavável, que pode ser trocado".

Segundo Leo Mangiacchi, do Fantastico Studio di Design, a estrutura oferecida pelo SENAI favoreceu o processo criativo. "Montamos o protótipo e fizemos vários ajustes, que garantiram a qualidade do produto. Tivemos tempo para chegar ao resultado que queríamos".

Na ocasião, foi lançada a pesquisa Diagnóstico da Indústria Moveleira do estado do Rio, realizada pela Gerência de Pesquisas da Federação. De acordo com o estudo, 68% dos 178 entrevistados acreditam na importância da contratação de designers para aumentar a competitividade e 73% têm interesse em lançar novos produtos no mercado. O evento foi realizado no dia 11 de junho.

MINISTRO ARMANDO MONTEIRO DEBATE COMPETITIVIDADE COM EMPRESÁRIOS FLUMINENSES

Com o objetivo de discutir a agenda pró-crescimento do país, o ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, participou do seminário “Brasil: Perfil de Competitividade”, na sede do Sistema FIRJAN. Na ocasião, o ministro apresentou as diretrizes do Plano Nacional de Exportações (PNE), que deve ser lançado até o fim do mês.

O PNE visa aperfeiçoar os regimes tributários ligados à exportação e simplificar as operações comerciais, entre outros objetivos.

“O comércio exterior tem de ser um canal permanente de investimentos. É uma das melhores formas de estimular a competitividade. Quem não exporta, não é competitivo”, defendeu Monteiro.

O ministro destacou como um dos principais desafios para alavancar a competitividade do país o reposicionamento da política industrial. “Durante muito tempo houve uma visão predominante dos grandes agregados. Nós queremos ter um foco maior na realidade das empresas, nas questões de produtividade e na dimensão da inovação”, afirmou.

AGENDA DE CRESCIMENTO

O presidente em exercício do Sistema FIRJAN, Carlos Mariani Bittencourt, destacou a importância do Brasil voltar a crescer: “Nos últimos 15 anos, a economia brasileira tem crescido a uma taxa inferior à observada nos países emergentes. A indústria vem



Carlos Mariani Bittencourt, Armando Monteiro e Carlos Langoni, em seminário na FIRJAN

fazendo sua parte, mas é preciso que o governo aja no sentido de destravar as oportunidades de investimento”.

Segundo Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, para o país voltar a prosperar, o governo deve construir uma agenda pós-ajuste. “É hora de reconstruir nossa visão de crescimento e desenvolvimento”, declarou.

Na avaliação de Carlos Roberto Osório, secretário de Estado de Transportes do Rio de Janeiro, as indústrias fluminenses podem encontrar boas oportunidades de investimento no setor de transporte do estado. “A vocação do Rio é ser o grande centro logístico do Sudeste brasileiro. Estamos abertos ao diálogo com o setor privado e temos todo o interesse em abrir concessões para as rodovias estaduais”, afirmou.

Fernando Blumenschein, economista da FGV Projetos, apresentou no seminário o estudo “Perfil da Competitividade Brasileira”. O levantamento avaliou, por regiões e microrregiões, 14 dimensões que afetam diretamente a competitividade do país e a vulnerabilidade de 54 setores produtivos às taxas de câmbio e à carga fiscal. Para o economista, os resultados revelam desigualdades regionais acentuadas no país e, ao mesmo tempo, apontam para potenciais de crescimento. “Existem concentrações, mas também diferenças muito grandes entre as microrregiões. O governo precisa identificar essas regiões e investir no desenvolvimento”, apontou o economista.

O seminário aconteceu em 8 de junho e foi realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o jornal Valor Econômico e a revista Financial Times.

PROJETOS DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA TRAZEM AVANÇOS, MAS FALTA OUSADIA

A nova etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL), do governo federal, sinaliza mudanças importantes para aumentar a competitividade da indústria. De acordo com a proposta, do total de R\$ 198,4 bilhões previstos para projetos nas áreas de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, o estado do Rio poderá receber R\$ 23,5 bilhões. Entretanto, o Sistema FIRJAN propõe um plano mais ousado de aumento da participação do setor privado, que contemplaria os setores elétrico e bancário.

O PIL está alinhado com as propostas entregues recentemente pela Federação ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no que diz respeito à necessidade de um programa de concessões e à retomada do crescimento da economia. Um ponto positivo é que o PIL foca nos chamados corredores de exportação, que contribuirão para reduzir os custos de logística das empresas. Apesar de contemplar antigas reivindicações da Federação, o programa deixa outras de fora.

Mauro Viegas Filho, presidente do Conselho Empresarial de Infraestrutura da Federação, diz que o programa possui aspectos positivos e alguns desafios. "De positivo temos a sinalização de que o governo quer, de fato,



O PIL contempla a construção de nova pista de subida da Serra de Petrópolis, na BR-040

uma parceria com a iniciativa privada para investimentos em toda a infraestrutura do país. Deixa de ser em doses homeopáticas e sinaliza um processo mais amplo e permanente", pondera.

O desafio refere-se a mudanças de regra para se obter financiamento, que serão negociadas por projeto. O governo abre espaço para uma participação maior dos setores financeiro e bancário privados. "Haverá ainda muita negociação, porque no mercado interno os recursos ficaram mais difíceis. Pode ocorrer maior participação de estrangeiros, mas precisaria de estabilidade na política econômica", pontua Viegas.

NOVA FERROVIA

Quanto aos projetos, um dos destaques é a construção da ferrovia Rio-Vitória, que integrará o estado à malha ferroviária do

país e ainda criará o arco ferroviário do Rio de Janeiro, reivindicações antigas da Federação. A nova ferrovia, a um custo estimado de R\$ 7,8 bilhões, conectará desde o ramal da empresa MRS Logística em Nova Iguaçu, integrando os portos de Itaguaí, do Rio, do Açú, de Presidente Kennedy (ES), e o complexo portuário de Vitória, podendo ainda chegar a Barra do Furado.

Em relação às rodovias, a indústria fluminense também ganhará competitividade, em função dos diferentes investimentos inseridos, entre eles a construção da nova pista da Serra das Araras, considerada pela Federação como um dos maiores gargalos logísticos do estado do Rio.

EXPECTATIVA DOS EMPRESÁRIOS

Edvaldo de Carvalho, presidente da Representação Regional FIRJAN/

CIRJ no Sul Fluminense, diz que esse projeto é de suma importância para as indústrias locais. “A conclusão das obras de construção da nova pista de descida poderá melhorar a ligação da capital às áreas industriais consolidadas, um dos insumos fundamentais para a competitividade das empresas do Sul Fluminense”, explica ele.

A expectativa também é bastante positiva para Fernando Aguiar, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Norte Fluminense, que ressalta a importância da ferrovia Rio-Vitória, do contorno rodoviário de Campos e da duplicação da BR-101: “A região

recebe investimentos na área de petróleo há anos sem ter esses retornos, sofrendo com estradas sem condições adequadas. Vejo como um reconhecimento da necessidade urgente dessas obras”.

Já Carlos Erane de Aguiar, presidente da Representação Regional na Baixada Fluminense I, elogia o foco nos corredores de exportação, o que vai reduzir o custo logístico e aumentar a competitividade externa do Brasil.

De acordo com Riley Rodrigues, especialista em Competitividade Industrial e Investimentos do Sistema FIRJAN, a Federação

também esperava mais em outras áreas. Além da dragagem dos portos do Rio, Niterói e Itaguaí, ele cita o acesso rodoviário ao Porto do Açú, de Campos a São João da Barra, como fundamental. Por fim, Rodrigues diz que os projetos precisam ser bem estruturados, alinhados com o Tribunal de Contas da União (TCU), com o licenciamento ambiental e com o interesse do investidor. “É importante que os projetos sejam bem elaborados e que haja coordenação entre os órgãos. O governo está na direção correta, mas é necessário que os projetos tenham governança e clareza na estruturação”, alerta.

CONHEÇA OS PROJETOS PREVISTOS PARA O ESTADO DO RIO



RODOVIAS

Novas concessões da BR-101 (trecho Rio-Ubatuba-SP, duplicando de Itacuruçá a Mangaratiba), da BR-493 e BR-465. Investimento: R\$ 3,1 bilhões.

Nas concessões já existentes: duplicação de trechos da BR-393/RJ, que liga Sapucaia a Volta Redonda; construção da nova pista de subida da Serra de Petrópolis na BR-040/RJ; duplicação do trecho Campos-Vitória da BR-101/RJ; construção de nova pista na Serra das Araras e intervenções nas pistas marginais da BR-116 – Dutra. Investimento: R\$ 5,2 bilhões.

Investimento total:

R\$ 8,3
bilhões



FERROVIAS

Concessão de construção e operação da nova Ferrovia Rio-Vitória, com 572 km de extensão, integrando o Porto do Rio e terminais de ambos estados aos portos de Vitória e Tubarão.

Investimento:

R\$ 7,8
bilhões



PORTOS

Arrendamento de área nova no Porto do Rio.

Autorização de 17 Terminais de Uso Privativo (TUPs) no Rio de Janeiro – Niterói (7), São João da Barra (4), Rio de Janeiro (2), Búzios (1), Itaguaí (1), Maricá (1) e São Gonçalo (1).

Investimento:

R\$ 7,4
bilhões

VENCEDORES DO PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS SINDICAIS PARTICIPAM DE CAPACITAÇÃO INTERNACIONAL

Sindicatos fluminenses classificados em 2º e 3º lugares na primeira edição do prêmio “Melhores Práticas Sindicais” participaram do programa de capacitação internacional “Estratégias e Mindset para Acelerar a Inovação”, em Bento Gonçalves (RS). A iniciativa foi uma premiação concedida pela FIRJAN, por intermédio do Movimento Sindical, e faz parte do Programa de Educação Executiva do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Os líderes sindicais tiveram aulas com professores como Martha Russel, especialista em inovação da Universidade de Stanford, e Neil Jacobsen, diretor do Setor Acadêmico Executivo da Singularity University, que falou sobre Inteligência Artificial (AI) e de como ela pode beneficiar as empresas nas tomadas de decisões. Já Chuck House, especialista em empreendedorismo, apresentou aos executivos processos relacionados a inovação, estratégias de investimento e execução de projetos.

Para Angela Cunha, gerente do Movimento Sindical, é importante promover atividades que possibilitem aos líderes sindicais a realização de novas práticas: “Nosso objetivo, ao premiar os sindicatos vencedores com um programa de capacitação executiva internacional do IEL, realizado no Brasil, é contribuir com a ampliação do conhecimento dos líderes sindicais para a promoção de novas ações que possam



A professora Martha Russel fala sobre inovação para empresários, no Rio Grande do Sul

beneficiar as indústrias do Rio de Janeiro”. A gerente lembra que os classificados em primeiro lugar nas quatro categorias do prêmio “Melhores Práticas Sindicais” participarão, em agosto, do curso Gestão Estratégica para Dirigentes Empresariais. As aulas serão ministradas na França, na Insead, uma das principais escolas de negócios do mundo.

Segundo Alceir Corrêa, presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Três Rios e Região (Sindal), os conhecimentos apresentados inspirarão novos projetos: “A partir do programa, tive a ideia de estimular a reciclagem de resíduos, economizando recursos e beneficiando o meio ambiente”.

A troca de conhecimento com especialistas internacionais fez com que os participantes

pensassem em soluções tecnológicas e de inovação para suas empresas. “É preciso investir em novas formas de produção para se diferenciar no mercado”, observou Ricardo Francisco, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Petrópolis (Sinduscon Petrópolis).

Também participaram da capacitação: Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria da Região Sul do Estado do Rio de Janeiro (Sipacon), Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav), Sindicato das Indústrias de Alimentação de Nova Friburgo (Sindanf), Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Petrópolis (Sindmmep) e Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado do Rio de Janeiro (Sindistal). As aulas foram realizadas de 27 e 30 de maio.

CONSELHO DE ECONOMIA DEBATE POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL NO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS

Para discutir a política de conteúdo local no setor de petróleo e gás e seu impacto na competitividade das indústrias, o Conselho Empresarial de Economia do Sistema FIRJAN recebeu Alfredo Renault, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Ele defendeu ajustes no modelo, a fim de fortalecer a cadeia produtiva nacional do setor de petróleo e gás.

Para sustentar a afirmação de que o conteúdo local não tem proporcionado os resultados esperados no fortalecimento da indústria nacional, o especialista citou os números da indústria eletroeletrônica, cujo faturamento com exportações caiu de 19,2% em 2003 para 10,1% em 2013. “O objetivo de gerar demandas é consolidar processos. Essa regra só faz sentido se fortalecer determinados setores”, argumentou.

De acordo com Renault, quando começou a ser implementada, a política tinha como objetivo atrair

investimentos para a produção e exploração das reservas petrolíferas nacionais e retirar da Petrobras o monopólio sobre o setor. Porém, nas rodadas de leilões realizadas a partir de 2003, foi criado um percentual mínimo de conteúdo nacional obrigatório, o que causou impactos imediatos na competitividade das empresas, sujeitas à multa de 50% do valor

“Essa mudança transformou uma política de incentivo em uma política de compulsoriedade. O sistema, da forma em que está, torna-se inviável”

Alfredo Renault
Professor da PUC-Rio

restante não contratado pelo conteúdo local em caso de não cumprimento da regra. “Essa mudança transformou uma política de incentivo em uma política de compulsoriedade. O sistema, da forma em que está, torna-se inviável”, afirmou Renault.

O professor da PUC-Rio ressaltou também a necessidade de revisão dos termos da cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), que transfere 1% da renda bruta dos principais campos de exploração para a inovação tecnológica. Na avaliação dele, a iniciativa não promoveu os avanços tecnológicos necessários para a indústria.

Para Eloi Fernández y Fernández, diretor-geral da Organização Nacional da Indústria de Petróleo (Onip), o principal desafio a ser superado é a aplicação das multas, que inviabilizam projetos e investimentos. A Onip propõe que o valor aplicado no desenvolvimento cadeia produtiva local seja abatido de uma eventual multa recebida pelas empresas. “A estimativa do valor das multas só na atividade exploratória entre a 1ª e a 12ª rodada é de US\$ 15 bilhões”, alertou.

“Hoje o pré-sal representa o segmento mais importante da indústria do país. Mas as indústrias precisam de uma política de conteúdo nacional que vise fortalecer a competitividade, pois é isso que dá sustentabilidade ao processo”, analisou José Mascarenhas, presidente do Conselho. A reunião ocorreu no dia 10 de junho, na sede da Federação.

Antonio Batalha



Empresários participam de palestra de Alfredo Renault no Conselho de Economia

CURSO DE LIDERANÇA ATRAI INDÚSTRIA METALMECÂNICA DA REGIÃO NOROESTE

Empresários e gestores de empresas do setor metalmeccânico conheceram os principais aspectos relacionados ao exercício da liderança nas organizações durante curso realizado em Itaperuna. A iniciativa foi promovida pelo Sistema FIRJAN e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro (Sindmetal Noroeste) e integra o Programa de Educação Executiva do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Segundo a palestrante Denize Ferreira, doutora em Administração pela Universidad Nacional de Rosario, na Argentina, e mestre na mesma área pelo Instituto COPPEAD/UFRJ, é preciso que o líder seja um dos embaixadores da cultura organizacional, para fortalecer a missão, a visão e os valores da empresa: "Quando a liderança não é exercida de maneira eficaz, não é possível gerar espírito de equipe, engajamento, comprometimento e cooperação entre os colaboradores".

O conteúdo do curso foi aplicado através de conceitos teóricos, dinâmicas, estudos de casos e exercícios práticos e individuais. Durante as atividades, os participantes puderam observar ainda as diferenças e semelhanças entre os papéis de gestor e líder, com foco na liderança empreendedora e na transformação de grupos em equipes.

"O líder da atualidade precisa de habilidades de liderança para gerir os processos e projetos da organização e conduzir bem a sua equipe. Para isso, é necessário que exercite sua autonomia, suas habilidades interpessoais e sua automotivação", ponderou a palestrante.

Rogério Andrade, presidente do Sindmetal Noroeste, ressaltou a relação entre liderança e produtividade. "Os gestores de uma empresa poderão obter melhores resultados se usarem de maneira eficaz as habilidades de liderança, souber motivar sua equipe", avalia.

CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barabá

2º Vice-presidente CIRJ:

Geraldo Coutinho

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abílio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia Elétrica: Sérgio Gomes Malta

Gestão Estratégica para

Competitividade: Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Petróleo e Gás: Armando Guedes Coelho

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz Chor

Tecnologia: Fernando Sandroni

FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Francisco Muniz

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavah

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Assessoria de Imprensa: Lorena Storani
Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Penido

Redação: Denise Almeida, Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Sílvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br



Denize Ferreira ministra curso sobre liderança a empresários do Noroeste Fluminense

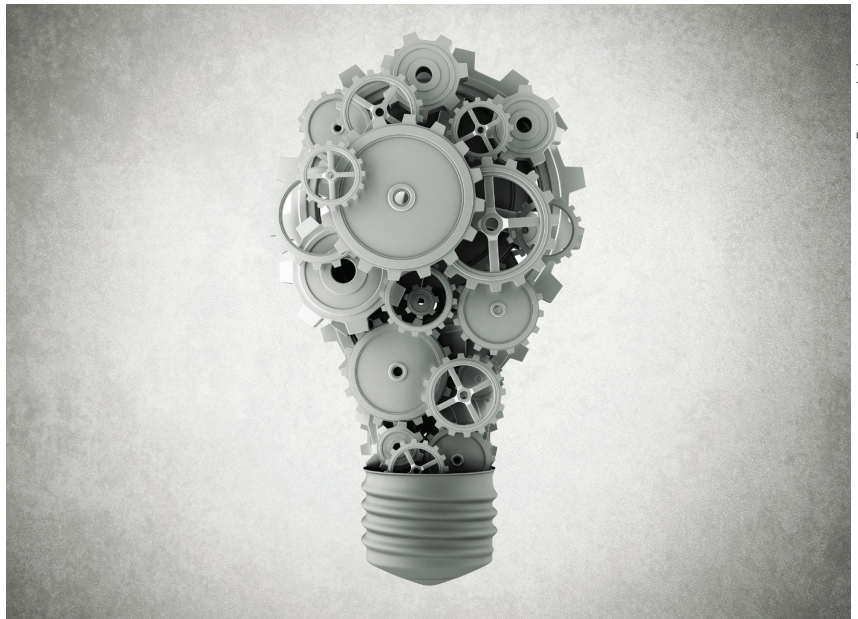
Divulgação

PLATAFORMA DE INOVAÇÃO É PORTA DE ENTRADA PARA NEGÓCIOS COM GRANDES EMPRESAS

O Sistema FIRJAN convidou o Grupo Enel para ser uma das empresas âncoras do projeto Impulsiona - Rodada de Negócios e Inovação Aberta, desenvolvido em parceria com o SENAI Paraná (PR) e o Ministério da Ciência Tecnologia e Informação (MCTI) por meio da plataforma Inove Mais. O objetivo é criar soluções inovadoras para problemas complexos apresentados pela indústria e gerar oportunidades de negócios para fornecedores. Esse desafio é voltado para startups, principalmente, e empresas de todos os portes.

O Impulsiona se divide em duas etapas. Na primeira é realizada uma consultoria para identificação do problema e das necessidades das empresas. Na segunda fase, o desafio é lançado no Inove Mais, portal do MCTI para captação de ideias e busca de soluções. No caso da Ampla, representante do Grupo Enel no estado do Rio, as ideias apresentadas na plataforma serão avaliadas pela Comissão da Enel. As melhores soluções serão selecionadas para a rodada de negócios, prevista para agosto, para serem desenvolvidas e implementadas.

Segundo Anderson Rossi, assessor chefe de Inovação Tecnológica do Sistema FIRJAN, o projeto aproxima as empresas e estimula a transferência tecnológica. "O Impulsiona é importante e estratégico para empresas que buscam inovar de maneira permanente, utilizando todas as possibilidades e ideias que surgem de diferentes públicos, interno e externo", avaliou Rossi.



Banco de Imagens

No Impulsiona, empresas âncoras lançam desafios em busca de soluções inovadoras

SOLUÇÃO EM ENERGIA SOLAR

O desafio proposto pela Ampla é melhorar os métodos de instalação de sistemas solares, com redução pela metade do tempo de instalação e de 15% do custo praticado no mercado. A solução deve levar em conta a diversidade dos telhados e não poderá comprometer as construções nas quais os serviços serão realizados. O desafio foi desenvolvido a partir de consultoria do Sistema FIRJAN.

Segundo Victor Gomes, responsável pela área de Startups & Partnerships na Enel Brasil, o desafio trará soluções por meio do *networking* virtual da plataforma Inove Mais, as quais a Ampla não teria acesso: "O projeto faz um *link* entre as necessidades reais de grandes empresas com as competências de nossa indústria, tornando mais assertivo e eficiente nosso ecossistema empresarial".

O Impulsiona foi lançado no dia 28 de maio, em Curitiba (PR). No evento foram apresentados os desafios das quatro indústrias âncoras, que ficarão disponíveis na plataforma Inove Mais para captação de ideias até o dia 31 de julho. Além do SENAI PR, que desenvolveu a plataforma, e da FIRJAN, participam do projeto as Federações das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) e do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e também, como âncoras, a Arcelor Mittal, Label Group, Belgo Bekaert e Renault.

A seleção das melhores ideias e o convite para a Rodada de Negócios serão realizados no período de 1º a 15 de agosto. A Rodada será marcada para a segunda quinzena do mês. As empresas interessadas em solucionar os desafios devem ser inscrever pelo site www.inovemaispr.com.br/impulsiona.



PROPOSTAS PARA **RETOMAR OS TRILHOS**

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Presidente do Sistema FIRJAN

O ajuste fiscal é uma questão de sobrevivência. O Brasil só poderá crescer novamente se corrigir erros de um passado recente cuja dimensão torna ainda mais desafiador o reordenamento das finanças públicas. A missão fica mais difícil num cenário de turbulência política que não se via há cerca de 20 anos. Ao menos enquanto se processa a correção de rota da economia, é necessária uma trégua que mobilize todas as forças políticas.

É inaceitável que uma guerra de interesses particulares e de partidos paralise o país. Inviabilizar o ajuste é inviabilizar o crescimento. É legar um Brasil mais pobre às próximas gerações. Nesse sentido, o governo tem de ser firme e manter-se imune às pressões internas e externas. Recuar para atender a este ou àquele interesse é postergar a retomada da atividade econômica.

Em muitos aspectos, o ajuste fiscal não assumiu a forma que a indústria desejava, mas, como representantes do empresariado, temos manifestado apoio ao esforço do ministro da Fazenda. Está claro que Joaquim Levy é o fiador dessa correção de rota do país. O Brasil viveu, no final do ano passado, uma crise de confiança da qual havíamos nos desacostumado em tempos recentes. Nos últimos meses, a percepção interna e externa começou a mudar para melhor. Não podemos permitir que o humor dos investidores ou da sociedade piore diante da desconfiança de que a política comprometerá a melhor condução da economia.

A superação desse cenário adverso depende da sinalização clara de que a mudança de rumo da política econômica veio para ficar. A responsabilidade na condução do ajuste fiscal é precondição nesse sentido. Entendemos que cabe colaborar neste processo não apenas com a visão crítica, mas com alternativas factíveis. A proposta é simples: um ajuste fiscal que combine redução dos gastos públicos correntes com um programa de privatização. Os gastos de custeio da União dobraram na relação com o Produto Interno Bruto (PIB) desde 2008: passaram de 3,1% para 6% do PIB. Nossa proposta é a fixação de metas anuais

de redução das despesas de custeio num ritmo que permita retomar aos níveis de 2008 (em tomo de 0,7% ao ano). Um horizonte de tempo desejável seria alcançar tais patamares já em 2018.

É importante ainda criar uma “regra de ouro” que torne obrigatório manter a elevação dos gastos correntes sempre abaixo do crescimento do PIB. A medida impediria que políticas fiscais adotadas em períodos de menor crescimento custeassem gastos correntes em detrimento dos investimentos.

Uma outra vertente envolve um tema sensível: a implementação de um programa corajoso de venda de ativos públicos. O foco sugerido é para os setores bancário e de infraestrutura. No setor bancário, o governo poderia vender até 49,9% do capital de algumas instituições públicas. Na infraestrutura, a maior parte das receitas viria da privatização total das operações de geração e distribuição de energia elétrica. Essas ações permitiriam uma geração de receita da ordem de 4% do PIB.

A expansão dos investimentos em infraestrutura num ambiente de restrição fiscal é um grande desafio. Talvez esteja aí uma das chaves para esta retomada tão desejada do crescimento. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e as concessões, se ajustadas, permitirão esse desafio do país.

A carga tributária está matando a indústria brasileira. É preciso levar em consideração que o setor privado é hoje o único motor possível para a retomada da atividade econômica. E isso só será possível com um mínimo de competitividade. Uma indústria forte é fundamental para resgatar a confiança dos investidores e da população – e reconduzir o Brasil ao trilho do crescimento. O ajuste fiscal é imprescindível, mas seus efeitos podem ser mais ou menos nocivos ao investimento e ao emprego. A redução dos gastos públicos correntes e a privatização de ativos estratégicos teriam o poder de tornar mais suave o pouso que Levy procura realizar em meio à tempestade política e econômica dos últimos meses.

* Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, em 17 de junho de 2015.
<http://goo.gl/IFXJ6f>

INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 693
19 a 25 de junho de 2015

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO APROVA ALTERAÇÕES NA JURISPRUDÊNCIA

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho aprovou, em sessão realizada no dia 9 de junho, a Resolução 198, que altera a redação da Súmula 6 (item VI), da Súmula 362 e cancela a Súmula 434.

A Súmula 362, que trata do prazo prescricional relativo a FGTS, foi alterada em função de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 709212, com repercussão geral reconhecida.

A alteração da Súmula 6, que trata de equiparação salarial, decorre de decisão do Pleno, em abril de 2015, sobre os casos de equiparação salarial em cadeia.

Na ocasião, decidiu-se encaminhar à Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos proposta para elaboração de novo texto que tornasse expresso o entendimento já consolidado do TST.

Confira a nova redação dos verbetes:

SÚMULA 362. FGTS. PRESCRIÇÃO

I – Para os casos em que a ciência da lesão ocorreu a partir

de 13.11.2014, é quinquenal a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento de contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato;

II – Para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso em 13.11.2014, aplica-se o prazo prescricional que se consumir primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir de 13.11.2014.

SÚMULA 6. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ART. 461 DA CLT

I – Para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.

II – Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.

III – A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma

função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.

IV – É desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.

V – A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.

VI – Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto: a) se decorrente de vantagem pessoal ou de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior; b) na hipótese de equiparação salarial em cadeia, suscitada em defesa, se o empregador produzir prova do alegado fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito à equiparação salarial em relação ao paradigma

remoto, considerada irrelevante, para esse efeito, a existência de diferença de tempo de serviço na função superior a dois anos entre o reclamante e os empregados paradigmas componentes da cadeia equiparatória, à exceção do paradigma imediato.

VII - Desde que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, é possível a equiparação salarial de

trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.

VIII - É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.

IX - Na ação de equiparação salarial, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças

salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.

X - O conceito de "mesma localidade" de que trata o art. 461 da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.

Fonte: TST via SIMMEC

NOVO PRAZO PARA COMPENSAÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO VALE PARA AÇÕES AJUIZADAS SOB A LC 118

O novo prazo prescricional para compensação de indébito tributário – reduzido pela Lei Complementar 118/05 de dez anos contados do fato gerador para cinco anos a partir do pagamento indevido – tem de ser aplicado somente em ações ajuizadas após o período de *vacatio legis* (o prazo entre a publicação e o início da vigência da lei), ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Em juízo de retratação, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) adequou seu entendimento a essa posição fixada em repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O indébito tributário corresponde a todo valor recolhido indevidamente aos cofres públicos. Embora supostamente interpretativa, a LC 118 foi considerada lei nova pelo STF, uma vez que implica inovação normativa. O STF concluiu o julgamento em agosto de 2011 (RE 566.621). Com isso, coube a remessa dos autos à turma para fins do artigo 543-B, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil.

VACATIO LEGIS

A Primeira Turma julgou novamente dois recursos especiais em que as autoras pleiteavam a não incidência e a restituição dos

valores referentes ao Imposto de Renda retido na fonte sobre auxílio-condução (REsp 987.669), em um caso, e sobre auxílio-condução e auxílio-creche (REsp 991.769), em outro.

Ambas as ações haviam sido ajuizadas em 9 de junho de 2005, dia em que entrou em vigor a LC 118 – portanto, no primeiro dia após o *vacatio legis*, período de 120 dias concedido para que os contribuintes tomassem ciência do novo prazo estabelecido em lei e para que ajuizassem as ações necessárias à defesa de seus direitos.

Com o advento da LC, instalou-se debate quanto à constitucionalidade da segunda parte do artigo 4º, que determina a aplicação retroativa do novo prazo prescricional de cinco anos.

INCONSTITUCIONALIDADE

Nos processos julgados, a corte estadual aplicou a nova regra de contagem do prazo prescricional de indébito tributário, de cinco anos, e não de dez anos, como queriam as autoras.

O entendimento do STJ antes da entrada em vigor da lei era de que o prazo para pedir devolução ou compensação de indébito tributário, em se tratando de tributo sujeito

a lançamento por homologação, extingua-se somente após cinco anos, a partir do fato gerador, acrescidos de mais cinco anos, contados da homologação tácita.

Após a lei, o STJ passou a considerar o termo inicial do novo prazo como o da vigência da LC, regendo-se a prescrição, para os recolhimentos anteriores à sua vigência, pela lei antiga. O relator dos processos no STJ, ministro Francisco Falcão, afastou a prescrição das parcelas recolhidas após a data de 9 de junho de 1995, de modo que os pleitos das autoras foram parcialmente atendidos.

Após o julgamento da tese em repercussão geral, os recursos voltaram à Primeira Turma para que fossem analisados à luz do entendimento firmado no STF.

O colegiado votou de acordo com a posição do STF, que reconhece a inconstitucionalidade da segunda parte do artigo 4º. Com isso, considerou-se válida a aplicação do novo prazo prescricional de cinco anos à ação ajuizada em 9 de junho de 2005, ou seja, após o decurso da *vacatio legis* de 120 dias, de modo que o pedido das autoras foi indeferido.

Fonte: STJ REsp 987669 REsp 991769